

## **A FOME E A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL**

Fabio Henrique Albuquerque de Jesus

DOI: <https://doi.org/10.33871/26747170.2025.7.2.9557>

**RESUMO:** O problema da fome no Brasil é uma questão persistente, estrutural e faz parte da história moderna da política do país. É importante destacar que a fome, não é um problema exclusivo do Brasil. Cerca de dois bilhões de pessoas no mundo experimentam insegurança alimentar moderada ou grave. No que se refere ao Brasil, de forma geral, todas as regiões brasileiras apresentam déficits nutritivos precários diretamente relacionados a alimentação inadequada ou falta de alimentação do brasileiro. Nesse Contexto a Agricultura Urbana e Periurbana se desenvolve no Brasil com o objetivo principal de ser uma ferramenta social e política pública de promoção da segurança alimentar e nutricional. O presente texto, na forma de ensaio teórico, busca trazer o problema da fome no Brasil analisada por meio do Modelo do Ciclo de Políticas Públicas, explorando os estágios de definição e formulação da agenda de políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana como estratégia de combate à fome. Pontuando as principais discussões realizadas nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional para o fortalecimento de políticas públicas de AUP no Brasil. Finalizando o ensaio, espera-se demonstrar que embora formulações de políticas públicas de agricultura urbana estejam diretamente relacionadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, e que no ano de 2024, finalmente foi instituída a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, ainda há muito que ser feito para fortalecer a AUP como política pública, consolidando e ampliando o seu impacto social, econômico e ambiental no país. Especificamente quando se fala em AUP no Brasil, tornando essa política pública efetiva para promoção de segurança alimentar e nutricional.

**Palavras chaves:** Agricultura urbana, insegurança alimentar, ciclo de políticas públicas, objetivos de desenvolvimento sustentável.

## **HUNGER AND URBAN AND PERI-URBAN AGRICULTURE ON BRAZIL'S PUBLIC POLICY AGENDA**

**ABSTRACT:** The problem of hunger in Brazil is a persistent, structural issue and is part of the country's modern political history. It is important to note that hunger is not a problem exclusive to Brazil. Around two billion people in the world experience moderate or severe food insecurity. As far as Brazil is concerned, in general, all Brazilian regions have precarious nutritional deficits

directly related to the inadequate diet or lack of diet of Brazilians. In this context, urban and peri-urban agriculture is developing in Brazil with the main aim of being a social tool and public policy for promoting food and nutritional security. This text, in the form of a theoretical essay, seeks to analyze the problem of hunger in Brazil using the Public Policy Cycle Model, exploring the stages of definition and formulation of the public policy agenda for Urban and Peri-urban Agriculture as a strategy to combat hunger. It highlights the main discussions held at the National Food and Nutrition Security Conferences to strengthen UPA public policies in Brazil. In concluding this essay, we hope to demonstrate that although the formulation of public policies on urban agriculture is directly related to the fulfillment of the Sustainable Development Goals (SDGs), and that in 2024 the National Policy on Urban and Peri-urban Agriculture was finally established, there is still a lot to be done to strengthen UPA as a public policy, consolidating and expanding its social, economic and environmental impact in the country. Specifically when it comes to UPA in Brazil, making this public policy effective in promoting food and nutritional security.

**Keywords:** Urban agriculture, food insecurity, public policy cycle, sustainable development goals.

## 1. INTRODUÇÃO

A obra “Geografia da fome”, de Josué de Castro, publicada pela primeira vez no ano de 1946, é uma obra pioneira, na qual o autor coloca luz e direciona a ciência para o problema da fome. Um tema até então considerado tabu e não discutido com profundidade pelos governos, pela ciência e pela sociedade de modo geral.

Segundo Castro (2022), quando se lê ou se ouve falar sobre fome, as primeiras imagens que se vêm à cabeça são de povos distantes de nossa realidade, mas a verdade é que a fome é um fenômeno social, não havendo nenhum continente que escape de sua ação. No que se refere ao Brasil, em algumas regiões vive-se o estado da fome crônica, em outras existem a subnutrição. De forma geral, todas as regiões brasileiras apresentam déficits nutritivos precários diretamente relacionados a alimentação inadequada ou falta de alimentação do brasileiro.

A partir da obra de Josué de Castro e com os estragos da segunda guerra mundial, inicia-se uma ciência mais engajada, participante e comprometida com o problema da fome e como consequência se teve algumas evoluções. Dentre elas, pode-se destacar que a situação nutricional do Brasil mudou e a expectativa de vida do brasileiro aumentou. Infelizmente a desigualdade na distribuição de renda se manteve no Brasil. Esta variável está diretamente relacionada ao problema da fome de forma estrutural no país (Batista Filho; Batista, 2003; Carvalheira; Campello, 2023).

Segundo Brito e Baptista (2021), ao acompanhar-se o problema da fome na trajetória da política nacional, observa-se que a fome é uma questão persistente, estrutural e faz parte da história moderna da política do Brasil. Entre 1986 e 1994, o tema da fome foi importante para mobilizar o debate político e social. De 1995 a 2002, enfatiza-se as desigualdades como questão central. Entre 2003 a 2010, inicia-se a estratégia do combate a fome como eixo central de política pública. No ano 2011 a 2015, a fome já não foi mais acionada no debate político, pois o Brasil estava fora do mapa da fome. A partir de 2016 a fome retorna ao debate social, em um cenário de crise. E no ano de 2022 cerca de 125,2 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar (Pessan, 2022).

É importante destacar que a fome, não é um problema exclusivo do Brasil. Conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura - FAO (2019), cerca de dois bilhões de pessoas no mundo experimentam insegurança alimentar moderada ou grave. Embora os maiores índices sejam em alguns países da África, América Latina e Ásia, a insegurança alimentar também está presente em índices menores em países da América do Norte e da Europa. A grande diferença é que os países do norte global estão mais preparados para o enfrentamento da crise (Lima; Rensi, 2024).

Estima-se para os próximos quarenta anos um crescimento populacional global de dois bilhões de pessoas. O aumento nos preços, escassez de alimentos e desemprego são fatores previstos nesse contexto.

A forma de produção e consumo de alimentos possui impacto direto na saúde da população. A Agricultura Urbana e Periurbana – AUP, desenvolve-se como uma alternativa na selva de pedra, estando presente em todas as regiões do mundo em uma diversidade de formas de cultivo e sistemas (Orsini et al., 2013; Domene et al. 2023).

Conforme Saglie (2024), a AUP é um fenômeno complexo que pode ser impulsionada por diferentes contextos e motivações. Em países do continente Europeu, como a Noruega, uma das principais motivações para o investimento em políticas públicas de AUP está relacionada a sua contribuição para o desenvolvimento das chamadas “cidades verdes”. O conceito de cidades verdes se refere ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, com sistemas alternativos de agricultura, produção de alimentos, habitação e transportes (Dasri; Chamaratana, 2024).

De acordo com Tornaghi (2014) e Bennedetti et al. (2023), de maneira geral existem dois tipos de AUP. As das cidades desenvolvidas do norte global. Nessas cidades a AUP estaria hoje mais voltada para questões de sustentabilidade ambiental. E a AUP desenvolvida nos países do hemisfério sul. Que de forma geral trabalham com questões sociais como pobreza, desemprego, fome e sobrevivência. A AUP produzida nas selvas de pedras espalhadas por todo o Brasil, em sua grande maioria se desenvolvem com o objetivo específico do combate à fome e a insegurança alimentar.

Nesse contexto, o presente texto, na forma de ensaio teórico, busca trazer o problema da fome no Brasil analisada por meio do Modelo do Ciclo de Políticas Públicas, explorando os estágios de definição e formulação da agenda de políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana como estratégia de combate à fome. Pontuando as principais discussões realizadas nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional para o fortalecimento de políticas públicas de AUP no Brasil. Finalizando o ensaio, espera-se demonstrar que embora formulações de políticas públicas de agricultura urbana estejam diretamente relacionadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, ainda existe uma carência de marcos legais em âmbito nacional que favoreçam a implantação da AUP como ferramentas eficientes para promoção da segurança alimentar e nutricional no país.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A FOME NA DEFINIÇÃO DA AGENDA E A AUP COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE A FOME

Existem alguns modelos de análises de políticas públicas. Dentre os principais modelos, destaca-se o Modelo do Ciclo de Política Pública. Para Souza (2006), as políticas públicas são formadas pelos seguintes estágios: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação. O modelo do Ciclo de Políticas Públicas é um recurso metodológico que permite o reconhecimento dos momentos distintos no processo de construção de políticas públicas, cada um com suas especificidades que se conectam em um processo contínuo de aprendizagem (Hissa; Assis, 2023).

Howlett, Hamesh e Perl (2013), apresentam a complexidade existente na definição de uma agenda governamental. A definição da agenda é o primeiro dos estágios do ciclo de políticas públicas, se refere aos problemas que vão ter atenção por parte do governo e os problemas que não irão receber foco e investimento do governo, mas para Nunes e Brega Filho (2023), somente o reconhecimento do problema não é garantia de que ele terá prioridade ou mesmo fará parte da agenda política. O Brasil enquanto Estado federativo reparte as competências administrativas, legislativas e tributárias entre os políticos. Como consequência existem conflitos entre os problemas que vão realmente fazer parte da agenda do governo.

Considerando que no Brasil funciona o presidencialismo de colisão, no qual as disputas e negociações entre os diferentes partidos exercem papel fundamental sobre qualquer tema que precise ser estudado pelo Estado. A identificação do problema está relacionada com um conjunto de interesses políticos e dos atores que participam desse processo em toda sua abrangência, dando ênfase as soluções que mais interessam seus propósitos. São as relações políticas entre os poderes executivos e legislativos que irá determinar a dimensão de uma agenda ou se ela se tornará uma política pública. Assim a definição da agenda possui um caráter mais político do que técnico (Carvalho, 2017; Alves; Silva, 2022).

Segundo Batezelli (2022), a questão da fome, ganhou destaque na agenda política nacional durante a década de 1990. Década na qual foram expostos dados alarmantes sobre a fome no país. Nesse período, organizações não governamentais - ONG, em especial a ONG criada pelo sociólogo Herbert de Souza, mobilizaram diversas campanhas de arrecadação de recursos e conscientização da população sobre

políticas públicas de combate à fome. Aos poucos a questão social começou a ser trazida em políticas públicas no combate à fome (Passos, 2024).

Em 1991, o Partido dos Trabalhadores, partido de oposição ao governo na época, apresentou a sociedade uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar. O documento propunha a formação de uma secretaria especial para a segurança alimentar e de um conselho nacional de segurança alimentar, presidido pelo presidente da república, com integração de diversos setores governamentais e representantes dos segmentos sociais. A proposta foi recebida pelo governo Itamar Franco. Como consequência ocorreu a instalação do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, mas que foi desativado em 1995. O CONSEA foi reinstituído em 2003, sendo protagonista e coordenando ao longo de 15 anos, as políticas públicas de promoção da segurança alimentar (Takagi, 2010; Burlandy, 2024).

Observa-se que os esforços de organizações não governamentais e de partidos de oposição, tiveram grande influência na definição e formação da agenda para construção de políticas públicas para o combate a fome no Brasil na década de 1990. Conforme Held (1991), deve-se levar em conta que com a globalização, ocorreram mudanças no papel do Estado-Nação. Um padrão de interconexões globais já estava ocorrendo, mas foi a partir da década de 1990, que os Estados começaram a conceder maior autoridade política as organizações internacionais e assim cresceu a influência dessas organizações nas agendas de políticas públicas nacionais (Pereira, 2014; Pereira; Telechi; Rios, 2023).

Segundo Kuazaqui et al. (2024), a Organização das Nações Unidas - ONU, com o avanço da globalização e da queda do muro de Berlin, em 1991, teve sua missão ampliada, desempenhando um papel crucial para cooperação entre as nações e na coordenação de esforços para enfrentamento de desafios globais. Impactando diretamente no desenvolvimento de importantes acordos coletivos para a formação de agendas globais, com temas que vão desde o combate à pobreza e a fome até a proteção do meio ambiente.

De acordo com Pereira (2023), no ano de 2000, a ONU em um movimento internacional com os países parceiros, estabeleceu os oitos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. As temáticas dos oito objetivos estavam ligadas aos direitos humanos, meio ambiente, igualdade social e direitos das mulheres. O objetivo número 1, era a erradicação da pobreza extrema e da fome. Tornando, portanto, prioridade pesquisas de novas intervenções e políticas públicas que promovessem a segurança alimentar em convergência com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Conforme Castro (2010), o governo eleito no Brasil, no ano de 2002, se elege apresentando o combate a fome como política pública prioritária de seu governo. Pereira (2023), destaca que a partir do início da gestão do governo, no ano de 2003 e da criação do Programa Fome Zero, foram desenvolvidas diversas iniciativas de políticas públicas que incentivaram AUP como estratégia de combate a fome no país. Pode-se destacar a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, realização de diversas conferencias nacionais de segurança alimentar e a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, tornando a alimentação um dever do estado.

Segundo Fortolan et al. (2022), o combate a fome como política central do Estado se iniciou em 2003, com a implementação e fortalecimento do programa Fome Zero. Este programa, se encaixou perfeitamente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Brasil, adotou os Objetivos do Milênio como referência obrigatória para suas políticas públicas. No ano de 2005, foi instituído o prêmio ODM Brasil, com o objetivo de incentivar práticas nacionais convergentes com as ODM. Dentre estas práticas premiadas estavam iniciativas de AUP (Andrade, 2014).

## 2.2 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL

Segundo Takagi (2010), o início da promoção de políticas e ações públicas da AUP em nível federal estão vinculadas diretamente ao Programa Fome Zero. A AUP aparece como estratégia ao combate a fome nos estágios de formulação e implantação de políticas públicas para o combate à fome. O programa Fome Zero, abrangia diferentes níveis de ação, dentre as articulações estava a estratégia de políticas públicas de AUP para o combate à fome.

Conforme Fontes et al. (2022), no Brasil, a partir da constituição de 1988, o controle social de políticas públicas foi implementado com a criação das instituições de participação. As instituições de participação se referem a formas de oportunizar a participação de atores individuais e coletivos nos vários estágios do Ciclo de Políticas Públicas. Um dos modelos de instituições de participação para integração

da sociedade e estado ocorre através das conferências. A Conferência Nacional de Saúde Alimentar e Nutricional – CNSAN, foi um grande marco para formulação de políticas públicas voltadas a agricultura urbana.

De acordo com Pinheiro e Ferrareto (2010) e Oliveira (2023), no ano de 2003, foi reinstalado o CONSEA, que com amplo envolvimento da sociedade, desenvolveu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Outro fator importante foi a realização, no ano de 2004, da II Conferência Nacional na Segurança Alimentar e Nutricional - II CNSAN. Nessa conferência a AUP aparece como uma das estratégias prioritárias para o alcance da segurança alimentar no Brasil.

Durante a II CNSAN, foi aprovada como uma das propostas prioritárias a criação de uma comissão de estudo, objetivando a elaboração de uma lei orgânica no que se refere ao abastecimento a AUP, que garantisse incentivos fiscais, isenção de impostos, facilitação da comercialização e aplicação das mesmas condições aplicadas a agricultura familiar. Com relação a produção, foi aprovado a elaboração de diagnósticos participativos com o fim de subsidiar a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana (Brasil, 2004).

Na III CNSAN, que ocorreu na cidade de Fortaleza, no ano de 2007. Foi aprovada a proposta da implantação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana através de um projeto de lei, incluindo indígenas não aldeáveis entre os beneficiários e a regulação de áreas ociosas para hortas e pomares comunitários (Brasil, 2007).

Santandreu e Lovo (2007), ao realizarem um panorama geral da AUP no Brasil, identificaram uma baixa presença de marcos legais e institucionais específicas de AUP, além de uma grande ausência de políticas de AUP que poderiam promover melhor atividades de AUP orientadas a segurança alimentar. Sendo necessário a implementação de estratégias para fomentar a AUP na esfera política nacional, estadual e municipal. A realização das conferências seria uma das estratégias para fomentação da AUP.

No ano de 2011, no IV CNSAN, foi aprovada a proposta de criar e implementar um marco legal para AUP de base agroecológica. Devendo ser asseguradas algumas condições, como: acesso aos espaços vazios públicos, garantia de assistência técnica pública de qualidade, ampliação de centros de apoio, criação de mecanismos de crédito, isenção de impostos, e acesso a previdência (Brasil, 2011).

A V CNSAN, realizada em 2015, assinalou que apesar dos avanços, ainda persistia o desafio de democratizar sistemas de comercialização por meio de apoio a circuitos curtos de produção de consumo, combinados com uma política de agricultura urbana. Nesta conferência foi aprovada a moção de apoio ao fortalecimento da AUP. No qual foi pontuado que o acesso de agricultores urbanos a políticas públicas continua sendo um grande desafio. Sendo necessário superar entraves desses agricultores para emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Brasil, 2015).

As conferências nacionais tiveram um grande impacto na criação de um Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. O Ministério de Desenvolvimento Social, através da portaria 467, de 7 de fevereiro de 2018, criou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. O programa é constituído por um conjunto de iniciativas visando ações de segurança alimentar, promoção de tecnologias agroecológicas e inclusão social de moradores urbanos. Este programa representou um passo em direção ao fortalecimento da AUP nas agendas de políticas públicas (Brasil, 2018).

Infelizmente o Ministério de Desenvolvimento Social, que era o ministério responsável pelo Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, foi extinto pelo governo federal no ano de 2019. A Pasta desse ministério foi incorporada ao Ministério da Cidadania. Isso trouxe como consequências dificuldades na implantação do programa.

Segundo Sousa e Calaça (2019), ocorreram alguns avanços no que se refere a criação de marcos legais para o desenvolvimento a AUP no Brasil, mas ainda são ações esparsas e com alcance pontual. Ainda faltam ações efetivas que incluem a AUP na agenda política nacional, estadual e municipal. Do ponto de vista de políticas públicas a discussão sobre AUP ainda é restrita e insuficiente.

De acordo com Brito e Baptista (2021), deve-se levar em conta que a partir do ano de 2016, ocorreram articulações políticas na qual áreas sociais e de AUP receberam diversos cortes. No ano de 2019, uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro, foi a extinção do CONSEA. Isso trouxe impactos negativos não somente para agricultura urbana, mas para a segurança alimentar de forma geral no país. A extinção do CONSEA, levou a não realização da VI CNSAN, que estava prevista para o ano de 2019. O governo eleito no ano de 2022, se elegeu tendo como principal proposta o combate à fome. O problema da fome volta a entrar na agenda política nacional. O CONSEA, foi reinstalado novamente em março de 2023.

Um dos grandes desafios para a consolidação da AUP no Brasil, está relacionado a dificuldade de promoção e interlocução entre instâncias federais, estaduais e municipais na integração de projetos e

políticas que fomentem a AUP. O projeto de lei 906/2015, para instituição da Política Nacional de Agricultura Urbana foi apresentado no ano de 2015, mas somente no ano de 2024, por meio da lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, que finalmente foi sancionada a lei que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Brasil, 2024).

### **2.3. AUP COMO POLÍTICA PÚBLICA CONVERGENTE COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Segundo Roma (2019), a ONU, em 2000, estabeleceu a declaração dos oito ODMs. Estes objetivos foram transformados em uma agenda com um conjunto de metas a serem cumpridas até o ano de 2015. Com a necessidade de incluir um conceito mais amplo de sustentabilidade e com o desafio de acabar com a fome de vez no mundo, no ano de 2015, foi renovado e ampliado o compromisso pela sustentabilidade global. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, são os compromissos estabelecidos para serem cumpridos entre 2015 e 2030. Os ODS, representam um conjunto de 17 objetivos, 169 metas e pelo menos 232 indicadores, tornando essa agenda bem mais ampla em comparação aos ODMs (Berwald; Batista; Alves, 2024).

Conforme Maas, Malvestti e Gontijo (2020), entre os 17 objetivos, alguns são convergentes com a AUP: a ODS 1, acabar com a pobreza; ODS 2, fome zero e a agricultura sustentável; ODS 3, assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar; e ODS 11, tornar as cidades e comunidades sustentáveis. Isto vem em encontro com Curan e Marques (2021), que pontuam que a AUP é uma importante ferramenta convergente com os ODS. Para os autores, os seguintes ODS são afetadas diretamente pela prática da AUP: fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem estar; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; ação contra a mudança global do clima.

Para Takagi (2019) e Nunes, Lovatto e Borges (2024), o acesso a alimentos de qualidade e de maneira regular, ou seja, a ODS 2, fome zero e agricultura sustentável é pré-condição para o acesso a outros direitos, como educação, saúde e trabalho. Para alcançar o objetivo de erradicar a fome, uma das estratégias fundamentais é promover a produção de alimentos por meio da agricultura sustentável. Nesse sentido a estratégia de agricultura urbana é uma estratégia social alinhada diretamente a possibilidade de sucesso no cumprimento da Agenda 2030.

Favoreto et al. (2024), demonstraram como um programa de hortas urbanas municipais na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu não apenas na melhora e qualidade de vida dos participantes, mas também para construção de cidades mais sustentáveis alinhadas ao alcance dos ODS. No qual conclui-se que a agricultura urbana desempenha um papel fundamental ao abordar múltiplos aspectos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Embora os ODS tenham ganhado amplitude nos últimos anos, pouco se tem avançado para atingir as metas pactuadas. O modelo de desenvolvimento pouco sustentável ainda é padrão na sociedade. A AUP é uma política pública que deve ser interpretada como um modelo de sustentabilidade oposto ao modelo desigual de sociedade que estabeleceu ao longo dos anos (Bertolini; Jaime; Giulio, 2023).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho em forma de ensaio teórico buscou fazer uma breve revisão sobre o problema da fome no Brasil, buscando explorar este problema na definição da agenda e a estratégia da Agricultura Urbana e Periurbana no estágio de formulações de políticas públicas para o combate à fome e a sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A fome e a insegurança alimentar são um problema estrutural e persistente no Brasil, no qual deveria ser dever o Estado, independente do governo, colocar a fome sempre como prioridade em sua agenda, pois sem esse direito básico de alimentação garantido, não se atinge os outros direitos estabelecidos pela constituição federal de 1988.

A estratégia da Agricultura Urbana e Periurbana mesmo mostrando evidências de sua importância para o combate à fome, ainda carece de marcos legais que sistematizem e deem mais segurança para os diversos programas de AUP e agricultores urbanos espalhados pelo país.

É importante pontuar que a esfera do poder público municipal é a que deve promover a AUP, mas sem o apoio das esferas federais e estaduais não é possível viabilizar programas ou projetos de AUP. Espera-se que com a recente instituição da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana esta interlocução entre as esferas ocorram com maior eficiência e transparência.

No entanto, ainda há muito que ser feito para fortalecer a AUP como política pública, consolidando e ampliando o seu impacto social, econômico e ambiental no país. Especificamente quando se fala em AUP no Brasil, tornando essa política pública efetiva para promoção de segurança alimentar e nutricional.

#### **4. REFERÊNCIAS**

Altieri, Miguel A.; Nicholls, C. I. Urban agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. **Agro Sur**, v. 46, n. 2, p. 49-60, 2018. Disponível em: [\[https://DOI:10.4206/agrosur.2018.v46n2-07\]](https://DOI:10.4206/agrosur.2018.v46n2-07). Acesso em: 13 out. 2022.

Alves, Felipe Freitas de Araújo; Silva, Renan Antônio da. Candidatos em 2018 análise sobre as proposições relacionadas às questões agrícola e agrária. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, p. 512-525, 2022. Disponível em: [\[https://www.redalyc.org/journal/3211/321174571004/html/\]](https://www.redalyc.org/journal/3211/321174571004/html/). Acesso em: 25 jun. 2024.

Andrade, Letícia Cunha de. A Resposta do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): o papel do governo nacional e o envolvimento dos governos subnacionais. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 2, n. 2, p. 291-320, jul/dez. 2014. Disponível em: [\[http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8202\]](http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8202). Acesso em 06 jan. 2023.

Bateselli, Amanda Bertolani. **Articulação de agendas governamentais: política externa e políticas de combate à fome e à pobreza nos governos Lula**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Batista Filho, Malaquias; Batista, Luciano Vidal. A Geografia da fome 50 anos depois: o que mudou?. **Andrade MC, organizador. Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo**, p. 39-48, 2003.

Benedetti, Luiza Vigne et al. Challenges to promote sustainability in urban agriculture models: A review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 3, p. 2110, 2023. Disponível em: [\[https://doi.org/10.3390/ijerph20032110\]](https://doi.org/10.3390/ijerph20032110). Acesso em 23 jun. 2024.

Bertolini, Ana Maria; Jaime, Patricia Constante; Giulio, Gabriela Marques Di. O papel da agricultura urbana e periurbana na segurança alimentar global do pós-guerra à crise da covid-19: novas perspectivas em justiça alimentar, saúde global e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 3, p. e230330pt, 2023. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230330pt\]](https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230330pt). Acesso em: 05 ago. 2024.

Berwald, Diego; Batista, Roberto R. G.; Alves, Alcione A. de A. Panorama brasileiro atual dos indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. **Epitaya E-books, /S. l./**, v. 1, n. 58, p. 171-206, 2024. Disponível em: [\[https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/935\]](https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/935). Acesso em: 04 ago. 2024.

Brasil. Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, institui da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**, 26 de julho de 2024.

Brasil. Portaria 467, de 7 de fevereiro de 2018, institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**, 7 de fevereiro de 2018.

Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional**: Comida de verdade no campo e na cidade por direitos e soberania de todos. Brasília: Consea, 2015.

Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório final da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional: Alimentação adequada e saudável um direito de todos. Brasília: Consea, 2011.

Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional**. Brasília: Consea, 2007.

Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2004.

Brito, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá; Baptista, Tatiana Wargas de Faria. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 10, p. 01-18, 2021. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/0102-311X00308220\]](https://doi.org/10.1590/0102-311X00308220). Acesso em: 01 jan. 2023.

Burlandy, Luciene. O sistema de segurança alimentar e nutricional brasileiro: tensões, conflitos e paradoxos. In: FLEURY, Sonia (org.). Cidadania em perigo: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Livres; Cebes, 2024. p. 217-255.

Carvalheira, Renato; Campello, Tereza. Conceitos-Chave da obra de Josué de Castro. In: Campello, Tereza et al. (Org.). **Geografia da fome – 75 anos depois**: novos e velhos dilemas. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2023. p. 5-17.

Carvalho, Guilherme Augusto Batista. A Formação da Agenda de Políticas Públicas no Presidencialismo de Coalizão. **Olhares Plurais**, v. 1, n. 16, p. 170-179, 2017. Disponível em: [\[A formacao da agenda de politicas publicas no presidencialismo de coalizao-libre.pdf\]\(d1wqxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://doi.org/10.1590/0102-311X00308220). Acesso em: 02 jan. 2023

Castro, Anna Maria de. Trajetória do Combate à Fome no Brasil. In: Aranha, A (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. v. 1. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 18-25.

Castro, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro pão ou aço. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

Curan, Roberta Moraes; Marques, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 209-224, 2021. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013\]](https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013). Acesso em 11 set. 2022.

Dasri, R.; Chamaratana, T. Influencing Factors Of Green Cities' Potential In Northeastern Thailand. **Migration Letters**, v. 21, n. S3, p. 490–501, 2024. Disponível em: [\[https://migrationletters.com/index.php/ml/article/view/6803\]](https://migrationletters.com/index.php/ml/article/view/6803). Acesso em 23 jun. 2024.

Domene, Semíramis Martins Álvares et al. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 181-206, 2023. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37109.012\]](https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37109.012). Acesso em: 23 jun. 2024.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: [\[https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf\]](https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf). Acesso: 20 nov. 2022.

Favoreto, C. J. R.; Peixoto, J. R. V.; Peixoto, A. C. R.; Lupinacci, V. B. T.; Freitas, M. A. V.; Caletti, R. P. K.; Jorge, M. F.; Da Silva, L. D. B. Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5403, 2024. Disponível em: [\[https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5403\]](https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5403). Acesso em: 04 ago. 2024.

Fontes, Francisco Lucas de Lima et al. Da democracia participativa à desdemocratização no Brasil: instituições de participação em crise. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e48911528534-e48911528534, 2022.

Fontolan, Maria Vitoria et al. ODS 2: fome zero e agricultura sustentável no contexto rural. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 29, n. 00, p. e022004, 2022. Disponível em: [\[https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665666\]](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665666). Acesso em 29 jun. 2024.

Held, David. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 23, p. 145-194, mar. 1991. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100010>]. Acesso em: 03 jan. 2023.

Hissa, Helga Restum; ASSIS, Renato Linhares de. Aprendizados do ciclo do Programa Rio Rural na produção de políticas públicas. **GEOgraphia**, 25(54), p. e53106, 2023. Disponível em: [<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i54.a53106>]. Acesso em: 23 jun. 2024.

Howlett, Michael; Hamesh, M; Perl, Anthony. **Política Públicas seus ciclos e subsistemas**: uma abordagem integral. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Kuazaqui, Edmir et al. Organização das Nações Unidas (ONU): Perspectivas sob a ótica de relações e direitos internacionais. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 5, n. 6, p. e565291, 2024. Disponível em: [<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5291>]. Acesso em: 25 jun. 2024.

Lima, Thiago; RENSI, Julia. Desigualdades alimentares internacionais. **Diálogos Socioambientais**, [S. l.], v. 7, n. 18, p. 22–25, 2024. Disponível em: [<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/482>]. Acesso em: 23 jun. 2024.

Maas, Larissa; Malvestiti, Rosane; Gontijo, Leila Amaral. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00134319, 2020. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/0102-311X00134319>]. Acesso em: 26 jan. 2024.

Nunes, Leonardo Inacio; Brega Filho, Vladimir. Limites ao controle jurisdicional de políticas públicas: embasamento científico como critério de interpretação no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: [<https://doi.org/10.25245/rdspp.v11i1.1368>]. Acesso em: 23 jun. 2024.

Nunes, Rosane A. B.; Lovatto, Tatiana Q. S.; Borges, Pedro P. Planos nacionais de políticas para as mulheres na perspectiva do ODS 2: rumo ao fome zero e ao desenvolvimento sustentável. **Revista foco**, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e5458, 2024. Disponível em: [<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5458>]. Acesso em: 04 ago. 2024.

Oliveira, F. M. de. Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 16, n. 7, p. 6750–6766, 2023. Disponível em: [<https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-151>]. Acesso em: 30 jul. 2024.

Orsini, Francesco et al. Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for sustainable development**, v. 33, n. 4, p. 695-720, mar. 2013. Disponível em: [<https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0143-z>]. Acesso em 13 out. 2022.

Pqssos, Bruno Vicente dos. Tô ficando impaciente, minha fome é persistente: história e música com o tema geografia da fome. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 46, p. 111–128, 2024. Disponível em: [<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10325>]. Acesso em: 25 jun. 2024.

Penssan, Rede. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: [<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>]. Acesso em 19 jun. 2024.

Pereira, Alexandre Eugenio; Telechi, Acácio Vasconcelos; Rios, Danniele Varella. A participação em organizações internacionais: uma análise da experiência de empresários e trabalhadores no Mercosul (1995-2019). **Opinião Pública**, v. 29, p. 396-430, 2023. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/1807-01912023292396>]. Acesso em: 25 jun. 2024.

Pereira, Antonio Nunes. Entre otimismo x dificuldade de alcance até 2030 dos objetivos de desenvolvimento do milênio: um estudo exploratório junto a estudantes de loccity um microcosmo brasileiro. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: [\[https://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/258\]](https://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/258). Acesso em: 26 jun. 2024.

Pereira, José Carlos. Da finta de mandioca ao CONSEA e aos Quintais Maravilha: fome e migração. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 109–154, 2023. Disponível em: [\[https://doi.org/10.53000/rr.v15i1.18313\]](https://doi.org/10.53000/rr.v15i1.18313). Acesso em: 26 jun. 2024.

Pereira, Alessandro Eugenio. Políticas Públicas e democracia. In: Bonini, Luci. M. M.; Panhoca, Ivone; Cianciarullo, Tamara I. (Org.). **Políticas Públicas: estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2014. p. 108-129.

Pinheiro, Maristela Calvário; Ferrareto, Luciane Cristina. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. In: Aranha, Adriana Veiga. **Fome zero: uma história brasileira**. v. 2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 253-264.

Roma, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em: [\[http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf\]](http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf). Acesso em: 02 jan. 2023.

Saglie, Inger-Lise. Motivations for Urban Agriculture Policies: Evidence from Norway's Largest Urban Areas. In: SIROWY, Beata; RUGGERI, Deni. (Org.). **Urban Agriculture in Public Space: Planning and Designing for Human Flourishing in Northern European Cities and Beyond**. Cham: Springer International Publishing, 2024. p. 237-254.

Santandreu, Alain; Lovo, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Versão Final. Belo Horizonte: MDS, 2007. Disponível em: [\[https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf\]](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf) Acesso em 25 de dez. 2022.

Souza, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003\]](https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003). Acesso em: 23 jun. 2024.

Sousa, Raphael Pereira de Oliveira e CALAÇA, Manuel. Agricultura urbana: uma nova alternativa para a produção de alimentos e melhor qualidade ambiental para a cidade. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 14, n. 32, p. 239-265, abr. 2019. Disponível em: [\[https://doi.org/10.14393/RCT143210\]](https://doi.org/10.14393/RCT143210). Acesso em: 15 set. 2022.

Takagi, Maya. Fome Zero: dos objetivos de desenvolvimento do milênio aos objetivos de desenvolvimento sustentável. In: Silva, José et al. (Org.). **From Fome Zero to Zero Hunger**. UN: The United Nations, 2019.

Takagi, Maya. A Implantação do programa Fome Zero do governo Lula. In: Aranha, A (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. v. 1. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 54-73.

Tornaghi, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551-567, ago. 2014. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1177/0309132513512542\]](https://doi.org/10.1177/0309132513512542). Acesso em: 03 nov. 2022.

Received on 12, 2024.  
Accepted on 02, 2025.